



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 23.10.1995
COM(95) 495 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO
AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU

União Europeia - América Latina

Actualidade e perspectivas do reforço da parceria

1996 - 2000

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. Interesse estratégico do reforço das relações entre a União Europeia¹ e a América Latina²	2
1. Numerosos factores defendem uma aproximação entre a União Europeia e a América Latina	2
2. A União Europeia deve dar uma resposta global aos desafios do século XX	4
3. Na fase actual dos progressos realizados e dos desafios que continuam a colocar-se na América Latina, a presença europeia é, mais do que nunca, necessária	4
II. Balanço das relações entre a União Europeia e a América Latina	5
1. Progressos substanciais no diálogo político entre a União Europeia e a América Latina	5
2. A política de cooperação da Comunidade Europeia ³ de 1990 a 1995 reflecte a importância das acções realizadas	5
3. As trocas comerciais, económicas e tecnológicas devem ser diversificadas	7
4. Evolução recente: abordagem regional e específica das relações UE/AL	8
III. Pistas para uma parceria aprofundada com a América Latina	10
1. Que representa a América Latina no mundo de hoje?	10
2. Um continente diversificado: a resposta comunitária	11
3. Estratégias a aplicar	12

¹ No presente texto, a abreviatura "UE" é utilizada para designar a "União Europeia". É numa preocupação de simplificação que, na presente comunicação, se faz referência à União Europeia, sem prejuízo das competências da Comunidade Europeia para a adopção, numa fase posterior, de alguns dos instrumentos jurídicos previstos.

² No presente texto a abreviatura "AL" é utilizada para designar a "América Latina".

³ No presente texto a abreviatura "CE" é utilizada para designar a "Comunidade Europeia".

INTRODUÇÃO

Os cinco anos de aplicação das orientações da cooperação da CE com a AL (1991-1995)⁴ coincidiram com um período de profunda mutação no subcontinente e na Europa. Graças a esforços corajosos, a AL retornou, de um modo quase geral, a via da democracia. A execução de novas políticas económicas, mais rigorosas e consistentes, caracterizadas por uma maior abertura e pela preocupação de uma maior integração nos mercados internacionais, tornou possível uma nova fase de crescimento em todo o subcontinente que, por esse facto, pode já ser considerado como uma zona económica "emergente".

Foram realizadas numerosas iniciativas para reforçar as relações da UE com a AL aos níveis político, comercial, da cooperação.

Depois do diálogo de San José instaurado, desde 1984, com os países da América Central, foi institucionalizado, a partir de 1990, um diálogo com o Grupo do Rio. As últimas reuniões que tiveram lugar em São Paulo (Abril de 1994) e em Paris (Março de 1995), salientaram a qualidade do novo clima de parceria que passou a caracterizar as relações entre as duas regiões. Foi também este aspecto que o Conselho exprimiu ao aprovar, em 31 de Outubro de 1994 sob o impulso da presidência alemã, um "Documento de base relativo às relações da UE com a AL e as Caraíbas", no qual a UE se propõe actuar em conjunto com estas regiões para desenvolver uma colaboração renovada.

Por outro lado, os Conselhos Europeus sucessivos de Corfu e de Essen, em 1994, e de Cannes, em 1995, evidenciaram a necessidade de um reforço das relações com o MERCOSUL, o México e o Chile. Esses "dossiers" estão actualmente a ser objecto de uma atenção constante a nível das instâncias comunitárias. Enfim, a AL foi o tema de diversas comunicações da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu⁵.

Foi no âmbito de uma parceria reforçada que as iniciativas de cooperação entre a UE e a AL se foram diversificando e definindo com maior precisão para dar resposta às novas necessidades de um subcontinente muito heterogéneo, que deve enfrentar os desafios relacionados com a consolidação dos processos democráticos, a procura da competitividade internacional e os problemas endémicos da pobreza e dos desequilíbrios sociais.

A presente comunicação visa apresentar propostas tendentes a aprofundar as relações entre a UE e a AL do momento presente até ao horizonte 2000, baseando-se num diagnóstico das relações entre as duas regiões e num balanço da cooperação no período em análise (1991-1995).

⁴ Comunicação da Comissão "Orientações para a cooperação com os países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia. COM(90)176 final, 11 de Junho de 1990.

⁵ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: "Para um reforço da política da União Europeia em relação ao MERCOSUL". COM(94)428 final, 19 de Outubro de 1994. "Para um aprofundamento das relações entre a União Europeia e o México". COM(95)3 final, 8 de Fevereiro de 1995. "Para um reforço das relações entre a União Europeia e o Chile". COM(95)232 final, 31 de Maio de 1995. "Apoio da Comunidade Europeia às iniciativas de integração regional nos países em desenvolvimento", COM(95)219 final, 16 de Junho de 1995.

I. INTERESSE ESTRATÉGICO DO REFORÇO DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA⁶

Os factores históricos e culturais, do mesmo modo que a evolução recente do contexto mundial, dos interesses recíprocos e de uma solidariedade internacional bem compreendida, constituem uma sólida base de convergência que possibilita à UE e à AL reforçarem as suas relações e agirem de uma forma concertada face aos desafios globais e regionais que o futuro imediato lhes reserva.

Embora o conceito de AL se tenha generalizado, recorde-se que não está isento de ambiguidade, pois as populações abrangidas que totalizam actualmente 450 milhões de habitantes, não são unicamente de origem latina. A utilização deste conceito confere-lhe um carácter simultaneamente limitativo e extensível, segundo os seus utilizadores, e nele se confundem elementos linguísticos, históricos, geopolíticos e de civilização, ou mesmo religiosos. Evoca também uma unidade regional decorrente de um modo de desenvolvimento comum. Mas esta unidade, que Bolívar tanto defendeu no século passado, coexiste com a grande heterogeneidade que caracteriza o subcontinente.

A AL é una e múltipla, pelo que exige abordagens diferenciadas por parte da UE, moduladas em função das realidades nacionais e regionais.

1. Numerosos factores defendem uma aproximação entre a União Europeia e a América Latina

1.1 Factores históricos e culturais

A identidade cultural da AL está fortemente impregnada dos valores que forjaram o carácter e a história da Europa. Cinco séculos de relações contínuas entre as duas regiões permitiram que os ideais europeus se difundissem no âmago das sociedades latino-americanas, que, por seu lado, nunca deixaram de exercer uma atracção irresistível sobre o velho continente. A constituição do Estado de Direito, os princípios jurídicos, as ideias de liberdade e democracia, largamente difundidas na AL, fazem parte de um conjunto de conceitos filosóficos e jurídicos que pertencem ao património europeu.

Receptáculo de correntes de imigração de diversas proveniências, o continente latino-americano constituiu uma identidade em que se integram contribuições de vários países e das civilizações indígenas de uma grande riqueza. As raízes europeias e, designadamente, latinas, constituem de facto um dos moldes da identidade destes países.

O século XX caracterizou-se pela transição, por vezes difícil, dos países latino-americanos para a democracia representativa e a abertura económica. Nestes países fizeram-se sentir influências diversas, nomeadamente ibérica, francesa, italiana, anglo-saxónica e, mais recentemente, norte-americana.

1.2 Uma situação política mais favorável

No domínio político realizaram-se progressos consideráveis:

* O Estado de Direito e a consolidação das instituições democráticas constituem uma realidade a favor de uma maior mobilização da sociedade civil, apesar dos elementos de fragilidade que persistem.

* Os conflitos que durante muito tempo assolaram a América Central, cederam o lugar a processos de pacificação e de reintegração das suas populações deslocadas, repatriadas e desmobilizadas.

* Os movimentos de integração subregional ressurgiram com vigor e pragmatismo.

A orientação democrática da AL e a estabilidade que reencontrou são propícias ao reforço dos laços que a unem à Europa.

1.3 O crescimento económico iniciado na AL permite-lhe transformar-se num pólo dinâmico, que oferece novas oportunidades para o comércio e o investimento

As mudanças económicas profundas em curso na AL constituem factores de aproximação com a Europa. Embora entre a década de 50 e a de 70, a AL tivesse o maior crescimento mundial, os anos 80 caracterizaram-se por um clima de recessão e uma instabilidade económica intensa. As políticas de estabilização e de ajustamento estrutural e a melhoria dos dados macro-económicos nos anos 90 criaram as condições favoráveis para o desenvolvimento e o crescimento. A viragem assim iniciada beneficiou de três factores essenciais: a redução do ónus da dívida externa, o saneamento das finanças públicas e o regresso dos investimentos estrangeiros. Marcados por um crescimento ininterrupto, estes últimos anos permitiram que

⁶ Estas perspectivas sobre as relações entre a UE e a AL dizem respeito aos países da América do Sul, Central, México e Cuba, e excluem os países ACP das Caraíbas (entre os quais a Guiana, Suriname e Belize).

as economias latino-americanas se orientassem indubitavelmente para uma saída da crise embora subsistam ainda riscos devido à fragilidade das suas estruturas. É do interesse da Europa participar neste processo de crescimento e contribuir para o aprofundamento das reformas e para a redução dos riscos de instabilidade decorrentes das fortes tensões sociais.

1.4 Continuam a ser necessárias políticas macro-económicas rigorosas

Esta nova vaga de crescimento comporta zonas obscuras e beneficia de modo desigual os países e os diversos sectores da economia e da sociedade (como o confirmam as dificuldades recentes em certos países). As perspectivas de crescimento das economias latino-americanas e a sua plena integração no comércio mundial continuarão a ser promissoras, desde que estes países apliquem políticas macro-económicas rigorosas e prossigam, em graus diferentes, o processo de reforma estrutural. Neste contexto, as instituições de Bretton Woods continuarão a desempenhar um papel essencial. As acções da UE devem ser compatíveis com os programas de estabilização e de reforma estrutural, devendo reforçá-los. Só nestas condições, que se traduzirão nomeadamente por um aumento do nível de poupança interna (base necessária para o aumento do nível dos investimentos)⁷, a AL poderá retomar o lugar que lhe é devido nos mercados internacionais.

1.5 O relançamento da integração latino-americana contribui para o dinamismo das trocas comerciais, para a melhoria da competitividade e para o desenvolvimento de novas possibilidades para os países latino-americanos, permitindo-lhes desempenhar um papel de maior destaque ao nível internacional

Devido ao relançamento e à criação de novos grupos regionais, os processos de integração na AL registam uma aceleração acentuada e integram-se na abertura e na reinserção competitiva destes países na economia mundial, o que deu lugar ao conceito de "regionalismo aberto" desenvolvido pela CEPAL (Comissão Económica para a América Latina). Estes processos manifestam-se por um aumento significativo das trocas comerciais intra-regionais. Além disso, as necessidades relacionadas com o desenvolvimento de novas infra-estruturas aumentam a atracção da zona junto dos investidores, nomeadamente europeus. Os progressos conseguidos no domínio da integração (Grupo do Rio, ALENA, MERCOSUL, Pacto Andino, Mercado Comum Centro-Americano) deveriam permitir aos países latino-americanos melhorar a coerência dos seus pontos de vista e a defesa dos seus interesses comuns nas instâncias internacionais (a maioria destes países já são membros do GATT e da nova OMC) e contribuem também para facilitar o diálogo institucional a nível político e comercial com os parceiros da UE.

1.6 Um novo contexto internacional propício à aproximação entre a UE e a AL

O contexto internacional caracteriza-se actualmente por dois movimentos paralelos e contraditórios: por um lado, uma mundialização das trocas e, por outro, uma retração sobre valores de identidade, que levam à fragmentação.

Abertas ao processo de globalização das trocas, a AL e a UE têm ambas interesse em reforçar as suas relações e precisar melhor a sua complementaridade económica. Com efeito, a AL procura diversificar os seus mercados e as fontes de aprovisionamento, de tecnologias e de capitais, e assegurar a colaboração de parceiros capazes de lhe prestarem uma cooperação útil. A Europa procura consolidar e melhorar as suas posições comerciais e tecnológicas numa região com um elevado potencial de crescimento.

No entanto, a possibilidade de estabelecer uma relação aprofundada e uma cooperação eficaz não deve restringir-se ao nível económico. É também tributária de elementos culturais e geopolíticos que levam a posições convergentes e evidenciam valores comuns.

O diálogo político já institucionalizado com o Grupo do Rio e com a América Central, está a ser aprofundado de modo a ter em conta o maior peso da AL na cena internacional.

A conclusão do Uruguay Round e o reforço do sistema multilateral do comércio internacional deveriam ter consequências benéficas para o desenvolvimento das relações entre as duas regiões. Estes elementos deveriam dar lugar a um aumento das trocas comerciais e à redução de determinadas dificuldades do passado. Este novo contexto permitirá, em especial, uma extensão das possibilidades de cooperação económica e industrial.

Enfim, a luta contra o crime internacional organizado, em especial o tráfico de estupefacientes e a fraude ao nível mundial, suscita desafios comuns e torna necessária uma cooperação reforçada.

⁷ A título comparativo, o rácio Investimento privado/PIB era, em 1990-93, de 33,5% na Ásia e de 20,5% na América Latina (fonte: FMI).

2. A UNIÃO EUROPEIA DEVE DAR UMA RESPOSTA GLOBAL AOS DESAFIOS DO SÉCULO XX

A UE, ao mesmo tempo que enfrenta os desafios da competitividade económica e do equilíbrio político mundial, deve prosseguir os seus objectivos de aprofundamento e de alargamento.

Com efeito, a UE assume uma especial responsabilidade na transição da Europa Central e Oriental. Por outro lado, a Europa não quer nem pode realizar os objectivos que se fixou sem uma política activa em relação aos países do Sul, quer se trate do Mediterrâneo⁸ que se reveste de uma especial importância por razões económicas e de proximidade, quer se trate dos países da Ásia⁹, quer ainda dos países ACP.

A UE deve também estar presente nas "zonas emergentes" ao nível mundial, como a AL.

3. NA FASE ACTUAL DOS PROGRESSOS REALIZADOS E DOS DESAFIOS QUE CONTINUAM A COLOCAR-SE NA AMÉRICA LATINA, A PRESENÇA EUROPEIA É, MAIS DO QUE NUNCA, NECESSÁRIA

A AL conseguiu realizar progressos notáveis a diversos níveis, mas deve continuar e consolidar os seus esforços.

Com efeito, ao nível económico, as reformas empreendidas são incompletas apesar da sua amplitude. A modernização do aparelho de produção e o nível da poupança são ainda insuficientes. Subsistem ainda as estruturas económicas "duplas": a AL sofre de desigualdades sociais chocantes e de zonas de exclusão importantes. Durante os anos de crise (a "década perdida") as desigualdades agravaram-se, os sistemas de protecção social, quando existiam, degradaram-se e a pobreza extrema aumentou¹⁰. Apesar do relançamento económico, o desemprego atinge uma grande parte da população e o sector informal não cessa de aumentar. Tendo em conta o problema endémico da pobreza e da marginalização de uma parte da população, é necessário desenvolver esforços importantes para assegurar uma melhor redistribuição dos rendimentos, do crescimento, e uma verdadeira reinserção competitiva do subcontinente na economia mundial. Para fazer face a estes problemas, a AL deve, em primeiro lugar, apoiar-se nas suas próprias capacidades. A AL deve também assegurar-se da solidariedade e da cooperação dos seus parceiros ao nível internacional.

Neste final de século, a AL deve dar resposta a três **desafios**:

- * Consolidar o Estado de Direito garantindo a irreversibilidade do processo democrático ao nível institucional.
- * Dar resposta, sem tardar, ao desafio da "dívida social" resolvendo o problema da pobreza e da desigualdade social.
- * Completar as reformas económicas e aumentar o nível de competitividade internacional.

Na continuidade do papel que desempenhou a favor dos processos de paz, da integração regional ou da cooperação para o desenvolvimento, **a UE pode e deve reafirmar a sua vontade de actuar como parceiro privilegiado da AL. A UE dispõe, com efeito, dos instrumentos de cooperação que podem contribuir para dar resposta aos desafios que a AL deve enfrentar.**

⁸ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento "Reforço da política mediterrânica da UE: propostas para a criação de uma parceria euro-mediterrânica", COM (95) 72 final, 8 de Março de 1995.

⁹ Comunicação da Comissão ao Conselho "Uma nova estratégia para a Ásia", COM(94)314 final, 27 de Julho de 1994.

¹⁰ Segundo a CEPAL, em 1990, 46% da população latino-americana, ou seja, 200 milhões de pessoas, viviam abaixo do limiar da pobreza.

II BALANÇO DAS RELAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA

1. Progressos substanciais no diálogo político entre a UE e a AL

A qualidade das relações políticas entre a UE e a AL não cessou de melhorar nos últimos anos, tendo-se concretizado pela institucionalização de um diálogo político de carácter regional e sub-regional.

1.1 O diálogo institucionalizado

O diálogo político institucionalizado criou mecanismos estáveis e únicos de concertação entre a UE e a AL. Graças ao **diálogo de San José**, a UE desempenha, desde 1984, um papel primordial no processo de pacificação e de democratização na América Central. Esta instância continua a ser um quadro privilegiado para canalizar os esforços da UE a favor da paz, da defesa dos direitos do homem, do reforço das instituições, da recuperação e do desenvolvimento económico desses países. Iniciado em 1990, o diálogo com o **Grupo do Rio** tem vindo a desenvolver-se continuamente. A Declaração Conjunta adoptada na 4.ª reunião ministerial com a UE (São Paulo, Abril de 1994) põe em destaque o carácter de parceria que preside às relações entre estes dois grupos regionais.

1.2 As reuniões interparlamentares

As conferências bi-anuais entre o Parlamento Europeu e o Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), permitiram também aprofundar, desde 1974, o diálogo político entre as duas regiões sobre temas comuns. Estas conferências são importantes, nomeadamente para reforçar a dimensão parlamentar da integração latino-americana, e consolidar o Estado de Direito nesses países, com o apoio dos parlamentares europeus.

1.3 Os acordos de cooperação

Desde 1990, foram assinados diversos acordos de cooperação com o sub-continente latino-americano, que substituem os acordos menos ambiciosos concluídos nos anos 70 e 80. A totalidade dos países ou regiões da AL, com excepção de Cuba, são actualmente abrangidos por estes novos acordos denominados de "terceira geração", que inauguraram uma nova etapa nas relações entre a UE e a AL. A introdução da "cláusula democrática" permite garantir o respeito dos princípios de base que fazem parte de um património de valores comuns. Por outro lado, a "cláusula evolutiva" permite às partes contratantes completar e aumentar o nível da sua cooperação.

2. A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA DE 1990 A 1995 REFLECTE A IMPORTÂNCIA DAS ACÇÕES REALIZADAS

A CE consentiu um esforço importante de cooperação a favor da AL tanto a nível quantitativo como qualitativo. Foram realizadas inúmeras acções para fazer face aos problemas sociais mais urgentes, garantir a transição democrática e a re-organização institucional, e favorecer a cooperação económica com o subcontinente.

A nova orientação e os novos métodos de acção permitiram lançar as bases da parceria do ano 2000 entre a UE e a AL, ao mesmo tempo que aprofundavam a cooperação nos sectores tradicionais.

2.1 A UE é o primeiro prestador de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) na AL

O aumento substancial da contribuição europeia em matéria de cooperação para o desenvolvimento a favor da AL foi alvo de um novo impulso nos anos 80 e 90: a contribuição global dos Estados-membros e do orçamento comunitário na APD fazem da UE o primeiro doador na AL. Com efeito, globalmente, em 1993, a UE prestou 61,5% da APD total recebida pela AL, ultrapassando largamente as partes cumuladas do Japão e dos Estados Unidos¹¹.

Desde 1976, o orçamento comunitário consagrou à AL mais de 3 mil milhões de ecus de APD. Em 1994, os montantes autorizados ascenderam a 464 milhões de ecus, aumentando de 47,7% relativamente aos 324 milhões de ecus autorizados em 1991. Além disso, em 1992, o Banco Europeu de Investimento (BEI) alargou as suas actividades aos países latino-americanos e asiáticos (no que se refere à AL, 131 milhões de ecus de financiamentos em 1993 e 1994, e 207 milhões de ecus previstos para 1995).

¹¹ Percentagem calculada a partir dos dados do IRELA, incluindo as contribuições dos três novos Estados-membros da UE.

2.2 Conteúdo da cooperação comunitária

No âmbito das orientações gerais definidas pelas instâncias comunitárias para o período 1991-95¹², embora a ajuda financeira e técnica continue preponderante, as novas orientações, acompanhadas de um aperfeiçoamento dos métodos de cooperação, permitiram dar resposta aos desafios da cooperação entre a CE e a AL.

2.2.1 **Aprofundamento da cooperação nos sectores tradicionais**

A cooperação, instaurada desde meados da década de 70, foi aprofundada, nomeadamente nos seguintes domínios:

- **Ajuda humanitária:** execução de acções importantes de ajuda alimentar, ajuda de emergência, ajuda aos refugiados e desalojados da América Central e ajuda às ONG.

- **Apoio aos programas de desenvolvimento rural:** preponderante, este tipo de auxílio continuou a ser indispensável devido ao impacto do sector agrícola no desenvolvimento económico e social e ao apoio necessário às pequenas e médias explorações agrícolas.

- **Apoio à integração regional:** apoio contínuo ao Pacto Andino e ao processo de integração centro-americano, assinatura de um acordo de cooperação interinstitucional entre a Comissão e o MERCOSUL, cujos efeitos se fazem já sentir em matéria de normas, alfândegas e na agricultura.

- **Apoio ao desenvolvimento do sector da pesca marítima:** à luz da experiência adquirida no âmbito da aplicação do acordo CE/Argentina sobre a pesca¹³, a CE prevê, a prazo, a constituição de uma rede original de acordos denominados de "segunda geração", com outros parceiros latino-americanos. Além disso, no respeito das Convenções relativas ao Direito Marítimo, a CE já afirmou a sua determinação em participar activamente na constituição de organizações regionais, com vista a assegurar uma conservação duradoura dos recursos haliéuticos das águas do Atlântico Sul e, na medida do possível, do Pacífico.

2.2.2 **As novas orientações**

Desde o início dos anos 90, foram abertas novas áreas de cooperação, concedendo-se uma maior atenção à implantação de um desenvolvimento duradouro e sustentável e à aplicação de instrumentos que promovam a modernização económica, nomeadamente:

- **A democratização e os direitos humanos:** os últimos anos caracterizaram-se pela transição democrática na AL. As acções da UE revestiram-se de especial importância a favor da consolidação do Estado de Direito e da participação da sociedade civil no desenvolvimento de uma verdadeira cultura dos direitos humanos.

- No domínio da **ajuda financeira e técnica** mereceram especial destaque os projectos e programas do **sector urbano** (nomeadamente apoio ao sector informal), as acções em matéria de respeito das liberdades e dos direitos fundamentais da **mulher** e a sua maior inserção nos processos de desenvolvimento, bem como os projectos tendentes a melhorar as condições de vida e favorecer o respeito da identidade cultural dos **indígenas**. Enfim, deu-se prioridade ao domínio da **educação e da formação**¹⁴, bem como a projectos ou programas destinados à protecção do **ambiente** (gestão das florestas tropicais¹⁵, poluição urbana, ...) em aplicação do compromisso assumido pela UE a favor da AL segundo o qual pelo menos 10% da cooperação é dedicada a projectos de protecção do ambiente.

¹² Ver o Regulamento 443/92 do Conselho, relativo à ajuda financeira e técnica e à cooperação económica com os PVD da América Latina e da Ásia.

¹³ Este acordo prevê, paralelamente aos recursos, uma componente substancial de cooperação que abrange vários aspectos relacionados com a questão da pesca marítima, nomeadamente no que se refere à gestão dos recursos haliéuticos.

¹⁴ Nomeadamente os programas FORCE Rio (apoio a centros regionais de formação de quadros), ALFA (promoção do intercâmbio universitário) e CEFIR (Centro de formação para a integração regional).

¹⁵ Mencione-se o projecto-piloto de conservação da floresta tropical no Brasil, decidido em 1991, que associa a Comissão, o Governo brasileiro, o Banco Mundial e o G7.

- No domínio da **cooperação económica**, apesar da insuficiência dos meios disponíveis neste domínio, o apoio às **actividades de interesse mútuo** intensificou-se em termos relativos, assistindo-se a um aumento dos pedidos latino-americanos nesse sentido¹⁶; o mesmo se verificou no caso da cooperação científica e tecnológica que aumentou significativamente desde 1980.

2.2.3 Novos métodos de acção

- **Diversificação dos intervenientes**: as instituições governamentais dos países beneficiários continuam a ser interlocutores privilegiados, embora tenha havido uma diversificação dos agentes da cooperação e tenha sido incentivada uma cooperação descentralizada com a constituição de redes compostas por elementos da sociedade civil.

- **Definição de estratégias por país e sectoriais**: estão a ser elaboradas sistematicamente a fim de adaptar os programas às situações complexas e específicas de cada país ou região, e de cada sector de intervenção.

- Introdução de **programas horizontais**: a fim de assegurar uma maior visibilidade e coerência das acções comunitárias, foram elaborados programas horizontais em benefício de toda a AL¹⁷.

- **Avaliação** sistemática das acções financiadas pela Comissão a fim de melhorar a qualidade da oferta de cooperação.

3. AS TROCAS COMERCIAIS, ECONÓMICAS E TECNOLÓGICAS DEVEM SER DIVERSIFICADAS

Comparada com outras regiões do mundo, a AL enfrenta, a médio prazo, dificuldades estruturais para aumentar e diversificar as suas exportações. Esta deficiência resulta, nomeadamente, dos efeitos das políticas de substituição das importações, da falta de diversificação das exportações, da diminuição da parte dos produtos agrícolas no comércio mundial, da percentagem ainda reduzida da poupança e dos investimentos no subcontinente, ou ainda do nível insuficiente de qualificação da mão-de-obra local. Neste contexto, o desenvolvimento das relações comerciais com a Europa é primordial.

3.1 Uma parceria comercial em plena expansão

Com um volume de trocas comerciais recíprocas de cerca de 45 mil milhões de ecus em 1993, a AL e a UE são parceiros comerciais importantes. As exportações da UE para a AL aumentaram de modo espectacular, de 41% entre 1990 e 1993, tomando a AL a **zona mais dinâmica a nível mundial para as exportações europeias**.

No entanto, estas relações continuam afectadas por assimetrias.

3.2 Trocas comerciais contrastadas

A UE é o segundo parceiro comercial da AL e, em relação a oito países, o primeiro parceiro externo do subcontinente¹⁸. Os fluxos comerciais representam, durante um período médio, mais de 20% das importações ou exportações latino-americanas. Pelo contrário, em termos relativos, a AL ocupa apenas um lugar modesto no comércio externo da UE (menos de 5% dos fluxos comerciais).

A própria estrutura das trocas comerciais por categoria de fluxos respectivos evidencia contrastes significativos entre as duas regiões:

- Cerca de 90% das exportações da UE para a AL são produtos industriais.

- A AL exporta para a UE essencialmente produtos de base, matérias-primas e combustíveis, ao passo que os produtos manufacturados representam actualmente apenas 23%.

Tradicionalmente, a UE teve um défice comercial importante, de natureza estrutural, nas suas relações comerciais com a AL mas este défice foi contrabalançado a favor da UE em 1993.

¹⁶ Entre as acções realizadas saliente-se a execução de programas que promovem a aproximação entre empresas tais como AL-INVEST desde 1994 e ECIP desde 1988.

¹⁷ Cf. ALFA, AL-INVEST e ALURE.

¹⁸ A UE é o destinatário principal das exportações de 4 países (Brasil, Chile, Panamá, Peru) e um destinatário importante extra-regional (fora do mercado latino-americano) das exportações de 4 outros países (Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai). Fonte: Comissão Europeia.

3.3 A UE iniciou muitas acções para remediar estes desequilíbrios e facilitar as exportações latino-americanas

No âmbito do **sistema de preferências generalizadas (SPG)**, a AL beneficiou de **concessões relativas aos produtos industriais, tropicais e agrícolas**. Renovado em 1995, o SPG foi associado a regimes especiais a favor dos países andinos, centro-americanos e da Venezuela, com vista a apoiá-los na luta contra a droga. Algumas modalidades deste novo sistema poderiam ser especialmente favoráveis à AL, como, por exemplo, a cláusula ambiental que, incentivando a gestão sustentável das florestas, poderia melhorar a comercialização dos produtos da madeira. Por outro lado, a PAC prevê a **isenção dos direitos aduaneiros para determinados produtos agrícolas de grande importância**. A vertente agrícola do GATT reforça e amplifica a reforma da PAC e abre novas perspectivas para as exportações latino-americanas em muitos sectores. Enfim, o **acordo multifibras** será eliminado gradualmente num prazo de dez anos.

No âmbito da política de cooperação, foram financiados muitos projectos de **promoção comercial** que visam melhorar a qualidade dos produtos latino-americanos ou a procura de mercados externos promissores. À margem das reuniões ministeriais do Grupo do Rio, realizam-se, desde 1992, reuniões de alto nível sobre temas comerciais.

3.4 A próxima década deixa entrever a possibilidade de um aumento significativo das trocas comerciais nos dois sentidos

Os esforços realizados tanto ao nível multilateral como ao nível europeu, tal como o impacto gradual das reformas latino-americanas com vista à modernização do aparelho produtivo, deveriam favorecer uma maior competitividade internacional e permitir um aumento dos fluxos comerciais entre a AL e a UE. Enfim, o importante capítulo comercial dos próximos acordos com o MERCOSUL, o México ou o Chile, terá um impacto certo nas trocas entre os dois continentes.

3.5 Aumento dos investimentos europeus na AL

De 1980 a 1989 a AL recebia 45,5% do seu IED (investimento estrangeiro directo) da Europa, e 43,5% dos Estados Unidos, seguidos de longe pelo Japão. Com uma presença na AL de longa data, os investimentos europeus tiveram tendência a concentrar-se prioritariamente no sector secundário, embora tenha havido recentemente uma progressão sensível dos investimentos europeus no sector dos serviços. Embora muitos países apresentem já condições favoráveis, os novos investimentos concentraram-se, até ao presente, essencialmente no México, Brasil e Argentina, que dispõem de mercados internos de grande potencial. Além disso, houve dois elementos que tiveram um efeito impulsionador: os **processos de privatização**, e os **programas de conversão da dívida** nos quais participou o IED europeu.

4. EVOLUÇÃO RECENTE: ABORDAGEM REGIONAL E ESPECÍFICA DAS RELAÇÕES UE/AL

Os últimos Conselhos Europeus salientaram a necessidade de reforçar as relações com o MERCOSUL, de negociar um "acordo-quadro inter-regional", e de enviar esforços tendo em vista uma futura forma contractual das relações com o México, bem como a extensão das relações com o Chile. Além disso, o "Documento de base sobre as relações da UE com a AL e as Caraíbas" aprovado pelo Conselho da UE em 31 de Outubro de 1994, propunha uma "colaboração nova" entre as duas regiões. Trata-se de promover, nas relações UE/AL, uma abordagem regional ou específica, em função da diversidade das situações na região. Neste contexto, a UE declarou-se favorável à abertura de negociações com vista a acordos mais ambiciosos¹⁹ que tenham em conta o potencial económico e o avanço dos processos de integração dos parceiros em causa, apoiando-se nas conclusões da resolução do Conselho de 1 de Junho de 1995: "o apoio à cooperação e à integração regional é uma das componentes importantes da política de desenvolvimento da UE e pode contribuir, como o indica o artigo 130.º-U do Tratado da União, para favorecer a inserção harmoniosa dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial e permitir a instauração de um crescimento sustentável".

- O Grupo Andino

A UE mantém relações de longa data com o Pacto Andino. A UE representa, com a CE, a primeira fonte de investimentos na região. O acordo de terceira geração de 1992 abre a via a uma nova era de relações entre a UE e os países andinos. No âmbito do SPG, a região beneficia de um tratamento especial que favorece

¹⁹ No Anexo I figura uma lista dos acordos comunitários em vigor.

a sua integração, permitindo-lhe exportar para a UE segundo a regra de acumulação de origem os seus principais produtos com direitos nulos, sob condição de que os países da região prossigam os seus esforços na luta contra a droga.

- América Central

Os dez anos do Diálogo de San José foram celebrados em 1994 com um balanço altamente positivo: a UE contribuiu para o processo de paz e para a democratização dos países do istmo, mediante importantes ajudas humanitárias e ao desenvolvimento, e graças ao diálogo político. Apoiou também o processo de integração regional e a reincorporação da zona na economia mundial. A cooperação entre as duas regiões baseia-se no acordo de cooperação de terceira geração de 1993. A América Central é o primeiro beneficiário per capita da APD comunitária na região e dispõe, em matéria comercial, do SPG especial (produtos agrícolas) desde 1992. Além disso, vai ser aplicada pela UE uma nova estratégia que tem em conta os actuais desafios da região.

- MERCOSUL

Desde o início, a UE apoiou os esforços dos países do MERCOSUL (criado em 1991) para constituir um novo conjunto económico. Sentiu-se a necessidade de desenvolver uma relação mais ambiciosa com esta região, um novo quadro de relações entre parceiros, que tivesse em conta o lugar que este grupo está a adquirir no mundo e nas relações entre a UE e a AL. Por essa razão, a Comissão recebeu o mandato de negociar um acordo-quadro inter-regional de cooperação comercial e económica com o MERCOSUL, a fim de iniciar o processo que conduzirá a uma associação inter-regional de carácter político e económico.

- México

A UE é o segundo destinatário das exportações mexicanas. O México representa o maior mercado latino-americano para as exportações europeias. As futuras relações entre a UE e o México orientar-se-ão pela "Declaração conjunta solene entre o Conselho da UE e a Comissão Europeia, por um lado, e os Estados Unidos do México, por outro", de 2 de Maio de 1995, na qual as duas partes optam pela conclusão de um acordo político, comercial e económico relativo ao aprofundamento das relações entre os dois parceiros.

- Chile

Na sua estratégia de abertura internacional, a aproximação com a UE é uma prioridade do Chile. O acolhimento favorável que a UE concedeu a tal iniciativa constitui um reconhecimento das potencialidades daquele país e do lugar que adquiriu na cena internacional, tanto política como económica. O Chile desejaria, pois, reforçar as suas relações com a UE ao nível institucional.

- Cuba

Cuba parece entrar num processo de mudança que a UE está pronta a acompanhar. A este título, a Comissão propôs iniciar um diálogo com vista a examinar as condições do reforço das relações com a ilha²⁰. Apesar dos imponderáveis políticos, a UE soube assegurar uma continuidade nas suas relações com Cuba, e a sua experiência em matéria de apoio à democratização na região fazem da UE um interlocutor privilegiado deste país.

Cuba beneficia já da ajuda humanitária da UE e de algumas acções a favor da sociedade civil e de cooperação económica com vista a apoiar as reformas económicas empreendidas no país.

²⁰ "As relações entre a União Europeia e Cuba": comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu.

III PISTAS PARA UMA PARCERIA APROFUNDADA COM A AMÉRICA LATINA

A AL graças à sua abertura política e económica, empenhou-se na via de transformações profundas, e aspira a ser um dos actores mundiais com o qual a UE deve **aprofundar as suas relações de parceria ao nível político, comercial e de cooperação**

Uma vez que as orientações definidas para o período 1991-1995 chegam ao seu termo, é útil iniciar uma **reflexão sobre a orientação a dar ao conteúdo das relações entre a UE e a AL**, tendo em conta a experiência acumulada, as oportunidades recentes e os desafios que se apresentam aos dois lados do Atlântico nos domínios do comércio, dos investimentos ou da cooperação.

1. **QUE REPRESENTA A AMÉRICA LATINA NO MUNDO DE HOJE?**

1.1 A AL aparece cada vez mais como uma "zona emergente" a nível mundial

Os últimos anos evidenciam uma grande capacidade de expansão global da AL, embora com uma repartição muito desigual entre os diversos países, e, inversamente, a persistência de fragilidades. No entanto, os analistas são unânimes em considerar que tais fragilidades não põem em causa a tendência de uma recuperação quase geral. As grandes mutações económicas e políticas vividas pelo subcontinente, e nomeadamente o abandono do seu proteccionismo tradicional para se abrir decididamente ao exterior, são factores que acrescem ao facto de a AL dispor de um imenso mercado interno e de um potencial de expansão importante que faz desta região uma zona estratégica para os investimentos e para o desenvolvimento das relações comerciais. A actividade económica arrancou desde o início dos anos 90, com um índice de crescimento de 3,2% em 1991-1993 e de 3,7% em 1994 (CEPAL). Convém situar o subcontinente no contexto difícil do final da "década perdida" para apreciar os esforços realizados no anos 90, e salientar as grandes potencialidades desta região apesar dos obstáculos que subsistem, nomeadamente as desigualdades sociais e as diferenças de desenvolvimento entre os diversos países.

1.2 Uma presença internacional que se reforça

O lugar da AL está a assumir uma importância crescente na comunidade internacional. O subcontinente e as suas diversas componentes procuram situar-se nos novos desafios internacionais e beneficiar das novas oportunidades que se lhes oferecem. As múltiplas dimensões desta presença internacional demonstram que a AL é uma zona de futuro incontornável, não só em termos económicos mas também políticos:

- **Dimensão "América e Caraíbas"**: as relações interamericanas sofreram grandes mutações, num sentido mais pragmático e mais construtivo. Esta aproximação traduziu-se nomeadamente pela assinatura de um acordo de comércio-livre na América do Norte, a NAFTA, entre os Estados Unidos, o Canadá e o México.

A Cimeira das Américas de Dezembro de 1994 previu a instauração de uma **zona de comércio livre em todas as Américas, em 2005**.

No que se refere às Caraíbas, a AEC - **Associação dos Estados das Caraíbas** - foi criada em 1994 entre os 13 países do CARICOM, Cuba e os países do Grupo dos Três (México, Venezuela, Colômbia).

Convém ainda salientar o papel mais importante e cada vez mais autónomo da OEA - **Organização dos Estados Americanos**.

- **Dimensão "Pacífico"**: a expansão económica asiática exerce um poder de atracção sobre o subcontinente que, inversamente, representa uma zona de interesse acrescido para estes países. O Chile e o México são membros da APEC (Cooperação económica para a Ásia e o Pacífico), organização que visa estabelecer uma zona de livre comércio em 2020.

- **Dimensão "Antártico"**: o Chile e a Argentina estão directamente interessados no continente antártico em que reivindicam certas zonas.

- **Dimensão "Atlântico Sul"**: as relações entre a AL e a África são muito limitadas e dizem essencialmente respeito ao Brasil. No entanto, as grandes mudanças políticas verificadas na África Austral nos últimos anos levam a prever o desenvolvimento de um eixo de cooperação Sul-Sul. A Europa, pelos seus laços históricos com o subcontinente latino-americano e o continente africano, poderia desempenhar um papel catalisador neste processo.

- **Junção entre os dois oceanos graças ao Canal de Panamá**: é do nosso interesse que, nos anos futuros, a presença europeia seja reforçada neste lugar de passagem importante do comércio internacional.

Podem ser referidos outros aspectos do reforço da presença internacional da AL, como por exemplo:

- o papel desempenhado em matéria de **desarmamento e de não-proliferação nuclear**²¹;
- a integração do **México na OCDE** em 1994, o que modifica as relações tradicionais entre o Norte e o Sul;
- a importância da AL na estabilidade do **sistema financeiro internacional**;
- a importância das questões relacionadas com o **ambiente**;
- a importância dos temas relativos ao **tráfico de estupefacientes**.

2. UM CONTINENTE DIVERSIFICADO: A RESPOSTA COMUNITÁRIA

2.1 Estratégia sugerida

Apesar de uma unidade relacionada com determinados factores culturais e históricos e um modo de desenvolvimento comum, o carácter dominante da AL continua a ser a **heterogeneidade, manifestada** em inúmeros domínios, entre os quais:

- a dimensão dos diferentes Estados;
- a diversidade das populações e das culturas: de origem europeia, indígenas (400 grupos étnicos), de origens africana, asiática, e do Médio Oriente: as situações variam muito conforme os países, da Argentina, muito europeia, ao Brasil essencialmente mestiço, e ao Peru ou à Guatemala com uma forte componente indígena;
- a multiplicidade das línguas: utilização maioritária de línguas de integração europeias, espanhol e português, mas também línguas indígenas e outras;
- a diversidade religiosa: a preponderância católica que subsiste, sofreu, no entanto, uma certa erosão;
- uma demografia muito irregular que não corresponde sistematicamente à dimensão dos Estados;
- diferenças importantes do nível de desenvolvimento económico: grandes diferenças entre os PIB, que vão, em 1994, de 502 dólares per capita na Nicarágua até 4.747 dólares na Argentina (Banco Interamericano de Desenvolvimento), bem como a nível da repartição dos rendimentos;
- diferenças importantes entre os índices de desenvolvimento humano (PNUD).

Tendo em conta a heterogeneidade das opções latino-americanas e as mudanças aceleradas da AL nos últimos anos, como assegurar uma presença europeia reforçada?

O reforço do diálogo UE/AL e da eficácia da cooperação comunitária deve ajustar-se aos diferentes níveis regionais, consolidando simultaneamente o diálogo de conjunto (Grupo do Rio) e facilitando a integração gradual do subcontinente. Tendo em conta a heterogeneidade da AL, as relações UE/AL continuarão a ser dominadas pela abordagem regional (grupo andino, América Central, MERCOSUL) ou específica (México, Chile, Cuba).

Esta abordagem regional e específica a favor da AL constitui a resposta comunitária à opção latino-americana do "regionalismo aberto". Esta estratégia deveria permitir um salto qualitativo nas relações UE/AL, através de uma maior tomada em consideração das diversas realidades nacionais e regionais.

Uma tal abordagem permite igualmente desenvolver as potencialidades específicas de cada conjunto e/ou país nas suas relações com a UE, modulando a cooperação comunitária em função dos diversos níveis de desenvolvimento conseguidos por cada conjunto e/ou país. Deste modo, certos países e/ou regiões continuarão a ser os principais beneficiários da ajuda ao desenvolvimento, ao passo que outros, mais desenvolvidos, serão parceiros preciosos nas actividades de interesse mútuo.

2.2 Necessidades financeiras

No limite dos meios orçamentais disponíveis, esta estratégia deveria aumentar a eficácia da cooperação comunitária. **Para este efeito, sob reserva do procedimento orçamental anual, o pacote financeiro indicativo previsto para o período 1995-1999 é de 1.343 milhões de ecus para o artigo B7-301 "Cooperação com os países em desenvolvimento da América Latina"**, que compreende a cooperação financeira, técnica e económica com estes países, a comparar com os 925 milhões de ecus para o período 1990-1994. Além disso, a América Latina pode beneficiar, tal como as outras regiões em desenvolvimento, de acções horizontais e/ou sectoriais cujo financiamento está previsto nomeadamente pelo título B7 do orçamento geral²²

²¹ Tratado de Tlatelolco com vista à proibição das armas nucleares na AL. (1967).

²² A verba total atribuída a estas outras acções a favor dos países da América Latina foi de 905 milhões de ecus para o período 1990-1994.

(como, por exemplo, ajuda alimentar, ajuda humanitária, apoio aos refugiados, acções ONG, acções de apoio à democracia e aos direitos humanos, acções de promoção dos investimentos (ECIP), etc., ...).

3. ESTRATÉGIAS A APLICAR

3.1 Um estreitamento das relações políticas

A nova dimensão internacional que a AL adquiriu nos últimos anos apela a um diálogo político reforçado com esta região, tal como esta vivamente deseja. Tal diálogo deverá aprofundar-se aos níveis subcontinental (Grupo do Rio), regional (MERCOSUL, América Central, Pacto Andino), bilateral (em especial com os países que são objecto de uma abordagem específica), interparlamentar, nas instâncias internacionais, entre a UE e os representantes da AL, a nível ibero-americano. As questões da manutenção da paz e da estabilidade regional, bem como do apoio comunitário aos processos democráticos, à defesa e à promoção dos direitos humanos continuarão a ser primordiais. No entanto, poderão ser integrados novos temas no diálogo político com a AL, para além das questões estritamente latino-americanas: a evolução das relações inter-americanas, (nomeadamente através da NAFTA e, tendo em conta o facto de que a UE desenvolve o seu próprio diálogo com os Estados Unidos, principal actor no subcontinente), a integração do Chile e do México na APEC e deste último na OCDE, e ainda os desafios relacionados com a protecção do ambiente. O lugar da AL no mundo, como acima referido, dá uma ideia das múltiplas possibilidades de enriquecimento do diálogo político entre a UE e a AL sobre temas que dizem respeito a toda a comunidade internacional (ou, eventualmente, de maneira triangular AL/Estados Unidos/UE em determinados casos), continuando a privilegiar os diálogos institucionalizados (diálogos de San José e com o Grupo do Rio) e os diálogos específicos. A Europa pode desempenhar um papel impulsionador para associar gradualmente a AL à gestão dos assuntos internacionais.

3.2 Progressos a realizar nos domínios do comércio livre e da integração

Estes temas são prioritários do ponto de vista dos nossos parceiros latino-americanos. A UE apoia o reforço das capacidades de trocas comerciais, económicas, tecnológicas do subcontinente, e dá o seu apoio institucional ao processo de integração regional. Além disso, a UE tem neste domínio uma grande vantagem comparativa face aos outros grupos económicos mundiais, através da experiência única que é a integração europeia (uma "especificidade europeia"). Há uma grande expectativa latino-americana para beneficiar desta experiência.

A UE pode também insistir no facto de os desafios de amanhã se relacionarem com a aplicação de uma **verdadeira integração** apoiada no comércio livre e nas regras do mercado, mas que deve também ser acompanhada de medidas adequadas para garantir a coesão social e o carácter sustentável do desenvolvimento.

Por último, os acordos a concluir com as diversas estruturas de integração latino-americanas acompanharão as medidas regionais de liberalização, devendo o sector privado desempenhar um papel importante.

3.3 Uma cooperação mais pertinente, mais bem dirigida, inovadora e flexível

A cooperação (e, em especial, a procura do desenvolvimento sustentável), continua a ser um elemento fundamental da estratégia da UE relativamente à AL.

Para além das **inevitáveis limitações orçamentais** que afectarão as possibilidades de aumento dos fundos de cooperação com a AL, três razões militam em favor da **concentração das novas orientações para a cooperação em volta de alguns eixos estratégicos prioritários**. Trata-se de dar resposta aos desafios com que a AL está confrontada, de respeitar e concretizar os objectivos e as modalidades da cooperação com os países em desenvolvimento fixados pelo Tratado da União²³ e, enfim, de dotar a cooperação de uma maior eficácia e visibilidade.

Convém **estabelecer uma parceria renovada com o subcontinente** para que os beneficiários da cooperação se transformem progressivamente em parceiros activos. Tendo em conta os desafios latino-americanos e as possibilidades europeias, propõe-se a concentração da cooperação da UE em torno de **três eixos prioritários**, acompanhados por três **temas transversais** de interesse comum.

²³ Ver os artigos 130.º-U e 130.º-X do Título XVII "Cooperação para o Desenvolvimento".

3.3.1 Eixos prioritários

Podem resumir-se do seguinte modo: **empenhamento conjunto a favor da democracia, do desenvolvimento social e da competitividade internacional.**

Caracterizam-se pelo desenvolvimento de acções de cooperação nos diversos países.

* APOIO INSTITUCIONAL E CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

Trata-se de garantir a irreversibilidade dos processos democráticos.

- consolidação das instituições do **Estado de Direito**: reforço das instituições legislativas, judiciais, policiais e de defesa dos direitos humanos, a fim de melhorar a sua eficácia e aumentar o seu papel; incentivo à boa governação, incluindo a nível da administração local e dos municípios;

- **reforma do Estado** e apoio à descentralização: modernização da administração pública (ao nível central e descentralizado), reforma fiscal, racionalização e eficácia dos serviços públicos, gestão dos serviços privatizados e programas de formação profissional destinados aos agentes das diversas instituições do Estado.

- apoio à formulação de **políticas sectoriais** (educação, saúde, desenvolvimento rural, ...), aproveitando, com base em acções dirigidas, o acervo da UE na matéria. No **sector rural**, será conveniente tomar em consideração as mudanças ocorridas no contexto macro-económico, privilegiar mais o apoio institucional e conceder uma maior atenção à mobilização dos actores e do saber-fazer da sociedade civil.

* LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Trata-se de dar resposta ao desafio da "**dívida social**", e de integrar na economia de mercado as populações em causa. A luta contra a marginalidade, a exclusão social e a pobreza deveria constituir, em termos financeiros, a grande prioridade da cooperação para o desenvolvimento com a AL. Devem realizar-se programas de cooperação específicos, principalmente nos domínios da **saúde, educação ou habitação**. Estas acções, elaboradas com base em **abordagens integradas e de molde a facilitar o desenvolvimento sustentável**, poderiam, para além dos projectos isolados correspondentes à cooperação europeia tradicional, ser objecto de programas complementares susceptíveis de mobilizar os elementos da sociedade civil em causa no subcontinente e na Europa. **Trata-se, pois, para a cooperação comunitária, de tirar as conclusões operacionais do programa de acção da Cimeira Social realizada em Copenhaga em Março de 1995.**

Trata-se também de **associar o desenvolvimento económico aos progressos sociais**, assegurando o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores, nomeadamente através da promoção das convenções pertinentes da OIT, e, em especial, das convenções relativas à abolição do trabalho forçado e do trabalho infantil, à liberdade de associação, ao direito de organização e negociação colectiva, bem como ao princípio da não-discriminação.

* APOIO ÀS REFORMAS ECONÓMICAS E À MELHORIA DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

O controlo das variáveis macro-económicas continua a ser um imperativo para a AL que beneficia para o efeito do apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. As acções comunitárias deveriam permitir aos países latino-americanos beneficiar das experiências comunitárias (domínios da concorrência, e normas, por exemplo), devendo incidir nos seguintes domínios:

- Apoio ao **desenvolvimento do sector privado**, aprofundamento da **cooperação económica de interesse mútuo**, promoção da **cooperação industrial, científica e tecnológica**²⁴, **promoção do desenvolvimento da sociedade da informação**. A UE favorecerá o desenvolvimento do **comércio** e dos **investimentos** nos dois sentidos, a fim de melhorar a diversificação e a modernização das economias latino-americanas, bem como a presença europeia nos mercados emergentes da AL. A UE incentivará a participação destes países no desenvolvimento da sociedade da informação para reforçar, no interesse mútuo, as ligações tecnológicas e industriais entre as duas regiões e aproveitar as oportunidades criadas pelos novos mercados.

- Estabelecimento de uma **melhor sinergia entre a cooperação industrial e a cooperação científica e tecnológica**: é necessário apoiar os esforços latino-americanos tendentes a racionalizar e a coordenar melhor os programas de investigação nas universidades e nas instituições públicas; contribuir para aproximar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico realizados pelo sector privado; enfim, colaborar na formação de gestores das instituições de ciências e de tecnologia. A cooperação científica e técnica pode contribuir para estes objectivos.

- **Reforço da promoção industrial e dos investimentos**. Consolidar os programas de parceria a nível do sector privado entre agentes da UE e da AL (ECIP, AL-INVEST); em vez de multiplicar os instrumentos, assegurar-se da continuidade das estruturas estabelecidas e melhorar o seu desempenho; incluir na cooperação

²⁴ Esta cooperação gera um benefício mútuo e não deve limitar-se à simples transferência de tecnologia.

universitária uma coordenação mais explícita e activa com a política de cooperação industrial, aproximando os beneficiários de bolsas das empresas do sector privado.

Os financiamentos do BEI deveriam **intensificar-se**, dando resposta às enormes necessidades da AL no domínio das infra-estruturas. Enfim, deverá ser procurada a complementaridade de acções com organismos internacionais tais como o BID.

- **Promoção do comércio externo.** A UE deve promover a liberalização do comércio nos dois sentidos e garantir para os produtos latino-americanos um melhor acesso aos seus mercados a fim de facilitar a inserção harmoniosa destes países na economia mundial, tal como proposto pelo Tratado da União. Serão empreendidas acções de promoção comercial e de diversificação das exportações e dos mercados.

3.3.2 Temas transversais

Para cada um dos eixos prioritários da cooperação definidos anteriormente, convém, na sua execução, conferir um elevado nível de prioridade a três temas transversais: cooperação e integração regionais, educação e formação, e gestão das interdependências Norte-Sul.

* APOIO À COOPERAÇÃO E À INTEGRAÇÃO REGIONAL

Veículo do alargamento dos mercados no contexto mais vasto da abertura internacional, este apoio deveria ser reforçado. O balanço das acções neste domínio é muito positivo. É do interesse da UE dar uma resposta favorável ao pedido crescente de cooperação neste domínio, de modo a reforçar e a apoiar os esforços empreendidos pelos países da AL nas suas relações intra-regionais.

* EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Factor crucial do desenvolvimento económico e social sustentável, a educação constitui um dos pilares das sociedades democráticas, devendo o acesso à educação ser garantido equitativamente para toda a população. Para além de determinados projectos específicos no domínio do desenvolvimento rural e da democratização, dos quais a educação e a formação são componentes essenciais, a CE empreendeu um programa de apoio substancial aos sistemas nacionais de ensino superior (ALFA). No entanto, deveriam ser tomadas outras iniciativas no domínio da educação de base, alfabetização, educação permanente, formação profissional e ensino técnico, dando especial importância ao acesso à educação das camadas mais desfavorecidas da população, e formação de formadores. Além disso, no domínio das ciências e tecnologias, a formação, através da investigação, reveste-se de uma importância capital.

* GESTÃO DAS INTERDEPENDÊNCIAS NORTE/SUL

Do âmbito da gestão das interdependências Norte/Sul, a execução de acções nos sectores do ambiente, energia e droga necessita de um empenhamento a longo prazo e é indispensável para promover um desenvolvimento económico e social sustentável.

- **Ambiente:** importa integrar os factores ambientais em todas as políticas de cooperação, no respeito das disposições da Agenda 21, e envidar um esforço especial para assegurar a conservação das florestas tropicais, sem descurar os problemas da poluição industrial e urbana (transportes, distribuição de água, evacuação dos resíduos, etc.). As tecnologias desenvolvidas na Europa poderiam trazer elementos de solução aos problemas causados pela poluição urbana e industrial. Como definido em 1991 (nas orientações 1991-95), uma parte importante da cooperação com a AL (pelos menos 10%), deve ser afectada ao financiamento e à execução de projectos directamente relacionados com a protecção do ambiente.

- **Energia:** a AL possui um vasto potencial em termos de energia e deve enfrentar desafios muito importantes neste domínio. As perspectivas de crescimento implicam necessidades de financiamento consideráveis. A UE, através de transferências de tecnologias, pode contribuir para uma utilização mais racional da procura, e contribuir para o desenvolvimento das energias renováveis. Pode também dar o seu contributo à elaboração das políticas de energia e à reestruturação deste sector, apoiando-se nomeadamente no programa ALURE.

- **Droga:** as concessões comerciais concedidas pela UE facilitam, nos países envolvidos na produção, transformação e tráfico de estupefacientes, o desenvolvimento de produções de substituição. O financiamento de projectos de desenvolvimento específicos no terreno deveria ser aumentado. Prosseguir-se-á o diálogo ministerial entre a CE e a AL sobre a cooperação no domínio judiciário. Além disso, a cooperação com vista à luta contra o tráfico de estupefacientes propriamente dita deveria ser reforçada.

- Outros temas poderiam ser explorados no domínio da gestão das interdependências, tais como as políticas de **população, saúde pública** ou **transportes**. Neste último domínio, seria conveniente prestar apoio à reestruturação e à modernização dos sistemas de transporte na AL, melhorar a circulação das pessoas e das mercadorias e o acesso ao mercado dos transportes (nomeadamente marítimos) através da eliminação dos obstáculos administrativos, técnicos e outros. Por outro lado, poderia ser concedida uma especial atenção à navegação por satélite.

3.3.3 Modos de gestão adequados

Para dar resposta às múltiplas necessidades que advêm da diversidade da AL, a UE dispõe já de uma vasta gama de possibilidades que convém concentrar em torno de temas e eixos prioritários para assegurar uma conjugação óptima dos meios e instrumentos existentes em função dessas necessidades, e melhorar o processo de programação da cooperação "bilateral" por país ou região ("policy mix"). Deste modo, as orientações estratégicas por país serão revistas regularmente e as modalidades de gestão relativas aos eixos prioritários e temas transversais serão sistematicamente objecto de "orientações sectoriais" que especificarão as modalidades de acção mais adequadas.

* NECESSIDADE DE UM REFORÇO DA EFICÁCIA DAS ACÇÕES COMUNITÁRIAS

As limitações orçamentais impõem que se executem programas de desenvolvimento que tenham um real impacto, cuja sustentabilidade seja garantida, por um lado com a **participação activa, em todas as fases, dos beneficiários**, mas também através da **procura de complementaridades ou de co-financiamentos** com os países latino-americanos e os Estados-membros da União, e com outros financiadores internacionais, nomeadamente o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além disso, os esforços de coordenação e de diálogo instaurados em certas instâncias internacionais (OCDE, CNUCED), serão acompanhados com todo o interesse que requerem.

* NECESSIDADE DE UMA MELHOR COORDENAÇÃO COM OS ESTADOS-MEMBROS, fomentada pelo Tratado da União²⁵. Os esforços conjuntos, ao nível da coordenação e ao nível financeiro das acções empreendidas com os Estados-membros que mobilizam os operadores e consórcios europeus, deverão permitir uma melhoria qualitativa substancial dos programas e a utilização mais eficaz e mais visível dos recursos disponíveis. Do mesmo modo, convém valorizar o acervo comunitário na região, e assegurar uma melhor informação, nomeadamente a nível local. Recorde-se que a contribuição conjunta dos Estados-membros e da CE coloca a UE em primeira linha entre os doadores na AL, o que constitui um "trunfo europeu" considerável em termos quantitativos. Trata-se, numa primeira fase, de **fixar os domínios prioritários para a coordenação**, que deveriam orientar-se em volta de três eixos prioritários e de três temas transversais de interesse comum definidos a seguir. Além disso, deverão ser tomadas medidas **a todos os níveis para aumentar a visibilidade das acções realizadas no âmbito da cooperação, na AL e na UE**.

Por outro lado, as tendências da cooperação dos Estados-membros convergem com as da CE: maximização de recursos limitados, manutenção de uma importante ajuda ao desenvolvimento tradicional em certos países e expansão da cooperação económica, científica e técnica nos países mais avançados; importância concedida aos temas da democratização e dos direitos do homem, do ambiente, das mulheres no desenvolvimento, das minorias indígenas, ...

* COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

A totalidade dos actores da sociedade civil da UE e da AL poderia ser levada a participar mais activamente na nova parceria tal como é proposta. A cooperação descentralizada deveria, pois, ser incentivada e delimitada no âmbito de programas de acção que estabeleçam claramente as modalidades do seu funcionamento (por exemplo: co-financiamento). Muitos intervenientes na cooperação (municípios, administrações regionais, empresas, associações profissionais, universidades, ONG, ...) deveriam, deste modo, desempenhar um papel activo no processo de cooperação para o desenvolvimento.

* CONCENTRAÇÃO DAS ACÇÕES EM PROGRAMAS HORIZONTAIS PLURIANUAIS

Serão sempre necessários projectos autónomos e acções isoladas. Ora, uma vez definidos os eixos prioritários e os temas transversais, e tendo identificado os domínios de intervenção para a cooperação, parece pertinente, como aliás já realizado na cooperação económica (ALFA, AL-INVEST, ALURE), prever programas horizontais plurianuais com grande impacto multiplicador, que garantam uma maior visibilidade comunitária sem descuidar a dimensão Sul-Sul.

3.4 Necessidade de melhorar o conhecimento e a compreensão mútuos

O aprofundamento do conhecimento e da compreensão recíprocos constitui igualmente uma questão de interesse mútuo. Convém, pois, apoiar as actividades tendentes a aumentar a visibilidade nos dois sentidos e, por conseguinte, promover um melhor conhecimento mútuo entre os povos europeus e latino-americanos. Com efeito, é lamentável que muitos latino-americanos continuem a ter da Europa uma visão parcial em que prevalece a ideia de um continente proteccionista. Por seu lado, determinados meios europeus têm também

²⁵ Artigo 130.º-U, op. cit..

uma ideia muitas vezes falsa, ou mesmo folclórica, do subcontinente, cujas mutações aceleradas dos últimos anos compreendem muito mal.

Melhor se conhecer para melhor se compreender e para melhor dialogar e cooperar: um imperativo da nova parceria aqui proposta.

A Europa, nomeadamente através dos seus Estados-membros, é um parceiro conhecido e reconhecido na AL, mas há que desenvolver esforços no sentido de aumentar a visibilidade das relações inter-regionais e sobretudo das acções de cooperação. A tónica deveria ser colocada não só no desenvolvimento de medidas de informação, mas também e sobretudo numa maior participação dos actores da sociedade civil nos programas de cooperação. Para tal, são necessárias uma maior tomada de consciência e uma maior responsabilização dos actores do desenvolvimento sobre a necessidade de intensificar a cooperação entre a UE e a AL, a fim de conferir novamente aos laços seculares que nos unem a esta região do mundo um novo impulso baseado numa parceria desejada e autêntica.

LISTA DOS ANEXOS

- I.1 América Latina - dados de base
- I.2 Indicadores de saúde na AL
- I.3 Indicadores da educação na AL

- II Relações institucionais CE-AL

- III.1 Relações comerciais entre a UE e a AL
- III.2 Comércio entre a UE e a AL
- III.3 Evolução do comércio por sector entre a UE e os principais conjuntos regionais latino-americanos

- IV.1 Parte da AL nos fluxos de investimento internacionais
- IV.2 Fluxos de investimento estrangeiros directos para a AL e as Caraíbas
- IV.3 Parte da UE na ajuda pública ao desenvolvimento a favor da AL

- V.1 A cooperação da CE para o desenvolvimento na AL
- V.2 Autorizações a favor da AL sem distinção de rubrica (1990-1994)
- V.3 Autorizações a favor da AL de 1990 a 1994: evolução de três rubricas orçamentais específicas

- VI Cooperação entre a CE e a AL de 1996 à 2000. Eixos e temas prioritários propostos: rubricas orçamentais disponíveis

ANEXO I : AMÉRICA LATINA - DADOS DE BASE

DADOS DE BASE	POPULAÇÃO em milhões de habitantes	P.I.B per capita em US \$	TAXA DE CRESCIMENTO REAL EM %		DÍVIDA EXTERNA TOTAL (em relação ao PIB) EM %		Serviço da Dívida em média apresentada em % das exportações		TAXA DE INFLAÇÃO (Média anual)		
			LOCALIZAÇÃO	(1993) (B.M)	(1994) (BID)	1970 a 1980	1980 a 1993	(1990) (B.M)	(1993) (B.M)	(1980)	(1993)
MÉXICO	90,0	2.284,0	6,3	1,6	40,0	32,8	48,1	31,5	18,1	57,9	
AMÉRICA CENTRAL											
Costa Rica	3,3	1.860,0	3,6	2,5	59,9	48,1	29,1	18,1	15,3	22,1	
El Salvador	5,5	1.186,0	4,2	1,6	28,4	21,0	7,5	14,9	10,7	17,0	
Guatemala	10,0	950,0	5,8	1,7	35,2	22,4	7,7	13,2	10,5	16,8	
Honduras	5,3	788,0	5,8	2,9	104,7	101,2	21,4	31,5	8,1	8,2	
Nicarágua	4,1	502,0	1,2	-1,8	741,6	695,4	22,3	29,1	12,6	644,6	
Panamá	2,5	2.419,0	1,3	1,8	136,9	101,6	6,3	3,1	7,7	2,1	
PAÍSES DO PACTO ANDINO											
Bolívia	7,1	1.033,0	4,5	1,1	67,8	61,9	35,0	59,4	21,1	187,1	
Colômbia	35,7	1.598,0	5,4	3,7	44,4	32,3	16,0	29,4	22,3	24,9	
Equador	11,0	1.347,0	9,5	2,4	118,3	98,8	33,9	25,7	13,8	46,4	
Peru	22,9	1.496,0	3,5	-0,5	64,0	46,1	n.d	n.d	30,1	316,1	
Venezuela	20,9	3.482,0	3,5	2,1	62,7	62,6	27,2	22,8	14,0	23,9	
MERCOSUL											
Argentina	33,8	4.747,0	2,5	0,8	45,6	28,6	37,3	46,0	134,2	374,3	
Brasil	156,5	2.120,0	8,1	2,1	23,7	26,3	63,1	24,4	38,6	423,4	
Paraguai	4,7	1.573,0	8,5	2,8	36,8	20,4	44,5	58,7	12,7	25,0	
Uruguai	3,1	3.168,0	3,1	1,3	54,2	54,3	18,6	14,9	63,7	66,7	
CHILE	13,8	3.130,0	1,8	5,1	64,1	44,7	43,1	23,4	186,2	20,1	
CUBA	10,8										
TOTAL	441,0										

Fontes: Atlas do Banco Mundial -94-

BID/Relatório anual 94 (para ind. 94)

BID/Progreso Economico y social en AL - Informa 94 (para ind. 93)

CEPAL/Balance preliminar de la economia de AL y el Caribe -94-

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial -95

ANEXO 1.2
INDICADORES DE SAÚDE NA AMÉRICA LATINA

	Número de habitantes por médico		Taxa de mortalidade infantil (para 1000 nascidos vivos)		Taxa de mortalidade infantil para crianças com menos de 5 anos (para mil crianças vivas)	Esperança de vida no nascimento
	1970	1993	1970	1993	1993	1993
Argentina	530	-	52	24	27	72
Bolívia	1970	-	153	73	114	60
Brasil	2030	-	95	57	63	67
Colômbia	2260	-	77	36	44	70
Costa Rica	1620	-	59	14	16	76
Chile	2160	2150	77	16	17	74
Cuba	-	-	-	-	-	76
Equador	2870	960	100	49	57	69
El Salvador	4100	-	103	45	60	67
Guatemala	3660	-	100	46	73	65
Honduras	3720	2330	110	41	56	68
México	1480	-	72	35	43	71
Nicarágua	2150	1490	106	51	72	67
Panamá	1630	-	47	24	28	73
Paraguai	2300	1260	57	37	46	70
Peru	1920	940	116	63	92	66
Uruguai	910	-	46	19	21	73
Venezuela	1130	640	53	23	24	72

ANEXO I.3
INDICADORES DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

PAÍSES	Porcentagem da faixa etária pertinente matriculada no ensino										Número de alunos por docente do sector primário		Analfabetismo nos adultos (em %)	
	PRIMÁRIO				SECUNDÁRIO				TERCIÁRIO		1970	1992	1990	1990
	Total		Feminino		Total		Feminino		Total					
1970	1992	1970	1992	1970	1992	1970	1992	1970	1992	1970	1992	Feminino	Total	
Argentina	105	107	106	114	44	-	47	-	22	43	19	-	11	7
Bolívia	76	85	62	81	24	34	20	31	13	23	27	25	29	23
Brasil	82	106	82	-	26	39	26	-	12	12	28	23	20	19
Colômbia	108	117	110	117	25	55	24	6	10	15	38	28	14	13
Costa Rica	110	105	109	104	28	43	29	45	23	28	30	32	7	7
Chile	107	96	107	95	39	72	42	75	13	23	50	25	7	7
Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6
Equador	97	-	95	-	22	-	23	-	37	20	37	-	16	14
El Salvador	85	78	83	79	22	25	21	27	4	16	37	44	30	27
Guatemala	57	79	51	73	8	28	8	-	8	-	36	34	53	45
Honduras	87	105	87	107	14	19	13	34	8	9	35	38	29	27
México	104	113	101	111	22	55	17	55	14	14	46	30	15	13
Nicarágua	80	102	81	104	18	44	17	46	14	10	37	37	-	-
Panamá	99	106	97	105	38	60	40	-	22	24	27	23	12	12
Paraguai	109	110	103	109	17	30	17	31	9	8	32	23	12	10
Peru	107	119	99	-	31	30	27	-	19	39	35	-	21	15
Uruguai	112	108	109	107	59	84	64	-	18	32	24	21	4	4
Venezuela	94	99	94	100	33	34	34	40	21	30	35	23	17	8

ANEXO II
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS UE-AL

	70/90	1991	1992	1993	1994	1995
1) DIÁLOGOS MINISTERIAIS						
San José	1984	Manágua San José VII	Lisboa San José VIII	San Salvador San José IX	Athènes San José X	Panama San José XI
América Central	7 reuniões :					
Grupo do Rio	1990 Roma Declaração de Roma	Luxemburgo 1.a Reunião Ministerial	Santiago 2.a Reunião Ministerial	Copenhaga 3.a Reunião Ministerial	São Paulo 4.a Reunião Ministerial	Paris 5.a Reunião Ministerial
2) ACORDOS DE COOPERAÇÃO						
Chile	1990 Acordo-quadro de Coop.					
Argentina	1990 Acordo-quadro comercial e económico				Acordo-quadro sobre a pesca	
Paraguai			Acordo-quadro de Coop.			
Uruguai	1973 Acordo Comercial	Acordo-quadro de Coop.				
Brasil	1980 Acordo-quadro de Coop.		Acordo-quadro de Coop.			
Pacto Andino	1983 Acordo de Coop. CEE/Acordo de Cartagena 1987 Entrada em vigor Acordo de Coop. CEE/Acordo de Cartagena			Acordo-quadro de Coop.		
América Central (Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Panamá)	1984 San José, início do diálogo 1985 Acordo de Coop.			Acordo-quadro de Coop.		
México	1975 Acordo de Coop.	Acordo-quadro de Coop.				
MERCOSUL			Acordo de cooperação interinstitucional			



3) REUNIÕES INTERPARLAMENTARES P.E/PARLATINO	1974 Bogotá 1975 Luxemburgo 1977 México 1979 Roma 1981 Bogotá 1983 Bruxelas 1985 Brasília 1987 Lisboa 1989 San José	Sevilha		São Paulo		Bruxelas
---	--	---------	--	-----------	--	----------

**ANEXO III.1 : RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA
LATINA**

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS

	1980				1992		
	1º	2º	3º		1º	2º	3º
Brasil	UE	AL	USA		UE	AML	USA
Panamá	USA	AL	UE		UE	USA	AML
Chile	UE	AL	USA		UE	AML	USA
Peru	USA	UE	AL		UE	USA	AML
Colômbia	UE	USA	AL		USA	UE	AL
Equador	USA	AL	UE		USA	AL	UE
México	USA	UE	AL		USA	UE	AL
Venezuela	USA	UE	AL		USA	AL	UE
Costa Rica	USA	AL	UE		USA	UE	AL
El Salvador	AL	USA	UE		USA	AL	UE
Honduras	USA	UE	AL		USA	UE	AL
Guatemala	AL	USA	UE		AL	USA	UE
Nicarágua	USA	UE	AL		AL	USA	UE
Bolívia	AL	USA	UE		AL	UE	USA
Paraguai	AL	UE	USA		AL	UE	USA
Uruguai	AL	UE	USA		AL	UE	USA
Argentina	UE	AL	USA		AL	UE	USA

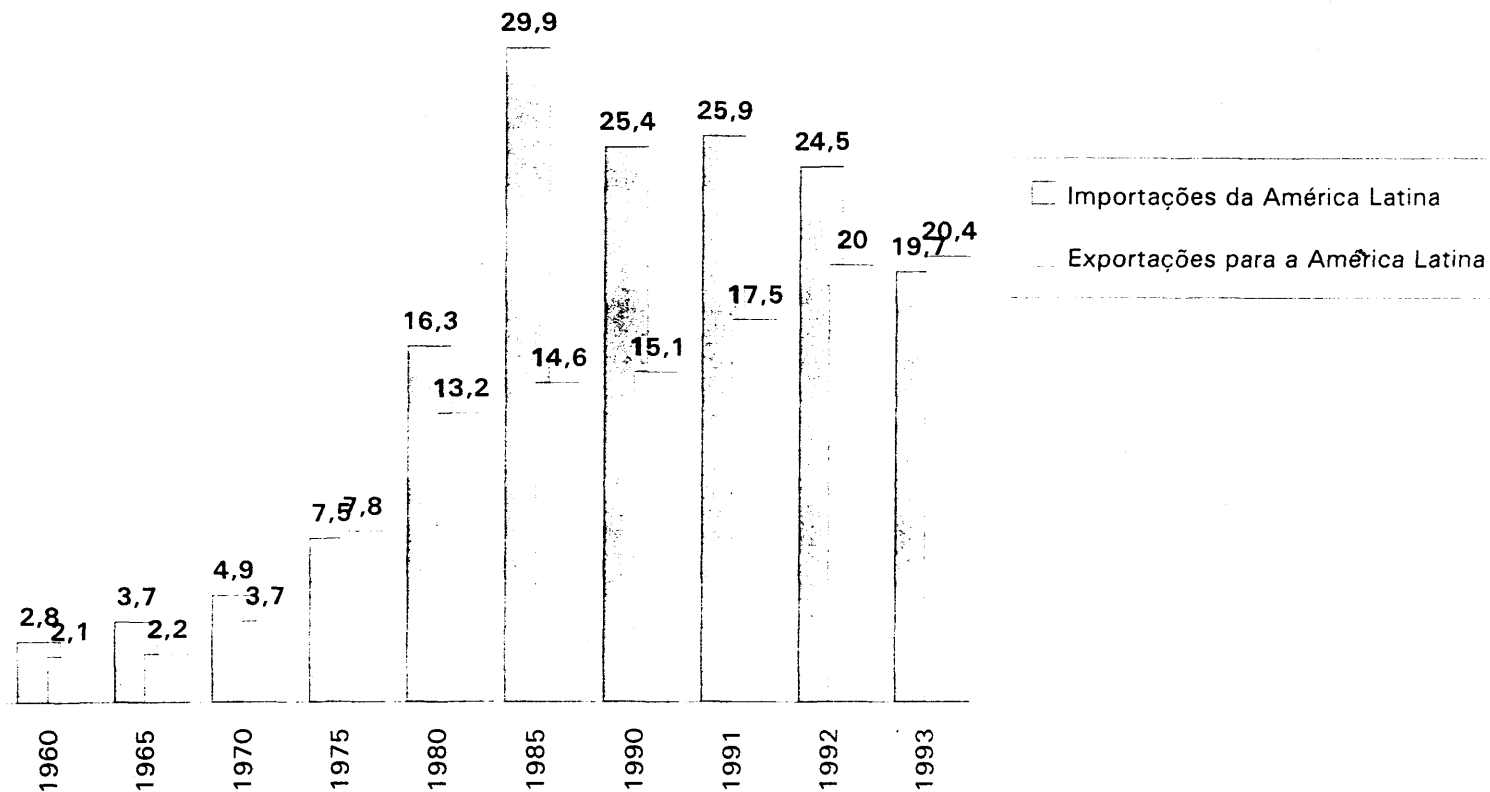
Fonte : CONTRADE.

PROVENIÊNCIA DAS IMPORTAÇÕES LATINO-AMERICANAS

	1980				1992		
	1º	2º	3º		1º	2º	3º
Brasil	USA	UE	AL		USA	UE	AL
Colômbia	USA	UE	AL		USA	AL	UE
Equador	USA	UE	AL		USA	UE	AL
México	USA	UE	AL		USA	UE	AL
Venezuela	USA	UE	AL		USA	UE	AL
Costa Rica	USA	AL	UE		USA	AL	UE
El Salvador	AL	USA	UE		USA	AL	UE
Honduras	USA	AL	UE		USA	AL	UE
Panamá	USA	AL	UE		USA	AL	UE
Guatemala	USA	AL	UE		USA	AL	UE
Nicarágua	AL	USA	UE		AL	USA	UE
Bolívia	AL	USA	UE		AL	USA	UE
Chile	AL	USA	UE		AL	UE	USA
Paraguai	AL	UE	USA		AL	UE	USA
Peru	USA	UE	AL		AL	USA	UE
Uruguai	AL	UE	US		AL	UE	USA
Argentina	UE	USA	AL		AL	UE	USA

Fonte : COMTRADE.

ANEXO III.2
COMÉRCIO ENTRE A UE E A AMÉRICA LATINA
(em mil milhões de ecus)



48

ANEXO III.3
EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO POR SECTOR, ENTRE A UE E OS PRINCIPAIS CONJUNTOS REGIONAIS LATINO-AMERICANOS
(EM MILHÕES DE ECUS)

REGIÕES	SECTORES	UNIÃO EUROPEIA (1)			
		1985	1990	1993	1994
América Latina	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	11.285	9.995	10.729	
	Matérias-primas, combustíveis, óleos, gorduras e ceras	14.746	8.405	6.751	
	Produtos industriais	118.364	21.407	27.536	
	Outros	1.480	1.462	1.207	
	Comércio global	45.875	41.270	46.223	56.352
Mercosul	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	7.028	5.438	5.781	
	Matérias-primas, combustíveis, óleos, gorduras e ceras	4.573	3.902	3.230	
	Produtos industriais	6.694	9.041	11.968	
	Outros	602	577	386	
	Comércio global	18.897	18.959	21.365	27.692
Grupo Andino	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	1.999	1.557	2.032	
	Matérias-primas, combustíveis, óleos, gorduras e ceras	4.665	2.098	1.735	
	Produtos industriais	4.319	3.687	4.472	
	Outros	417	414	376	
	Comércio global	11.400	7.756	8.614	10.011
América Central	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	1.227	1.212	1.154	
	Matérias-primas, combustíveis, óleos, gorduras e ceras	274	180	177	
	Produtos industriais	1.696	1.174	1.603	
	Outros	70	41	36	
	Comércio global	3.267	2.607	2.970	2.438
México	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	215	692	583	
	Matérias-primas, combustíveis, óleos, gorduras e ceras	4.635	1.632	1.018	
	Produtos industriais	2.883	4.366	6.423	
	Outros	208	136	188	
	Comércio global	7.941	6.826	8.212	9.385
Chile	Produtos alimentícios, bebidas e tabaco	396	730	639	
	Matérias-primas, combustíveis, óleos, gorduras e ceras	380	476	528	
	Produtos industriais	1.679	2.402	2.477	
	Outros	84	167	117	
	Comércio global	2.540	3.776	3.761	4.319

(1) : União Europeia dos 12.

Fontes : IRELA, COMEXT-DATABASE, Bruxelas-Luxemburgo; IRELA

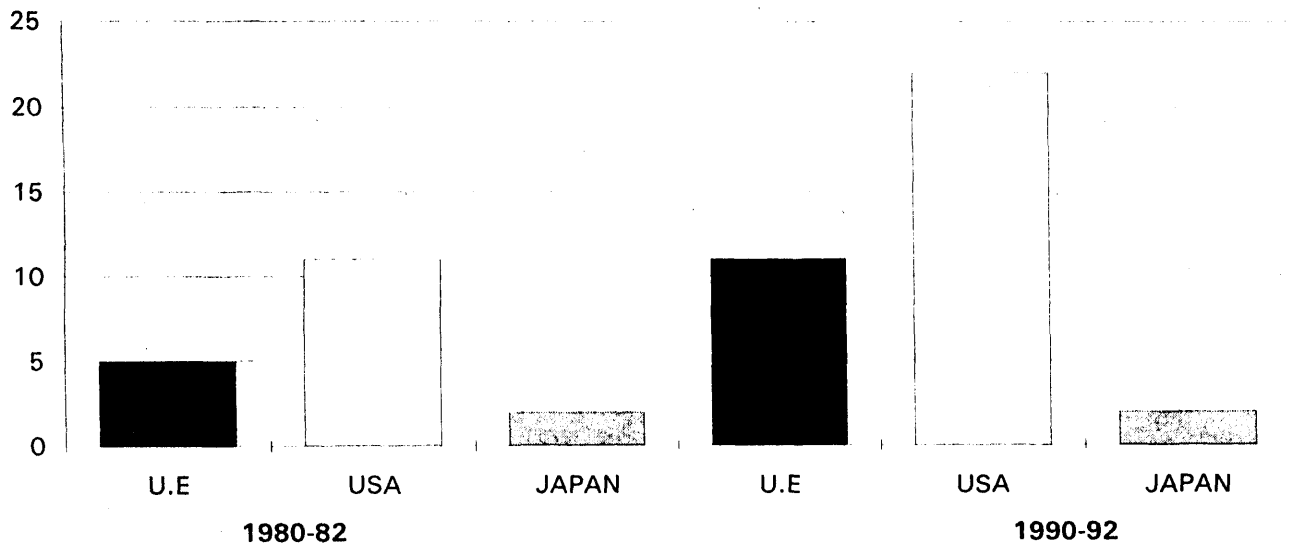
ANEXO IV.1
PARTE DA AMÉRICA LATINA NOS FLUXOS DE INVESTIMENTO INTERNACIONAIS

	1976-80	1981-85	1986-90	1991	1992	1993
Fluxos líquidos em mil milhões de dólares U.S (médias anuais)						
Fluxos directos IED	39,5	43	162,8	184,5	173,5	173,4
Todos os P. V .D	5,7	15,3	14,6	30,4	39,9	53,4
Ásia	2	3,8	5,9	14	19,8	28,5
América Latina	3,5	4,5	5,2	10,1	13,5	17
Europa de Leste	0	0	0,2	2,5	3,4	5
Parte relativa da América Latina no IED global						
	1976-80	1981-85	1986-90	1991	1992	1993
	8,9	10,5	3,2	5,5	7,8	9,8
Parte da AL nos fluxos líquidos para todos os países em vias de desenvolvimento						
	61,4	29,4	35,6	33,2	33,8	31,8

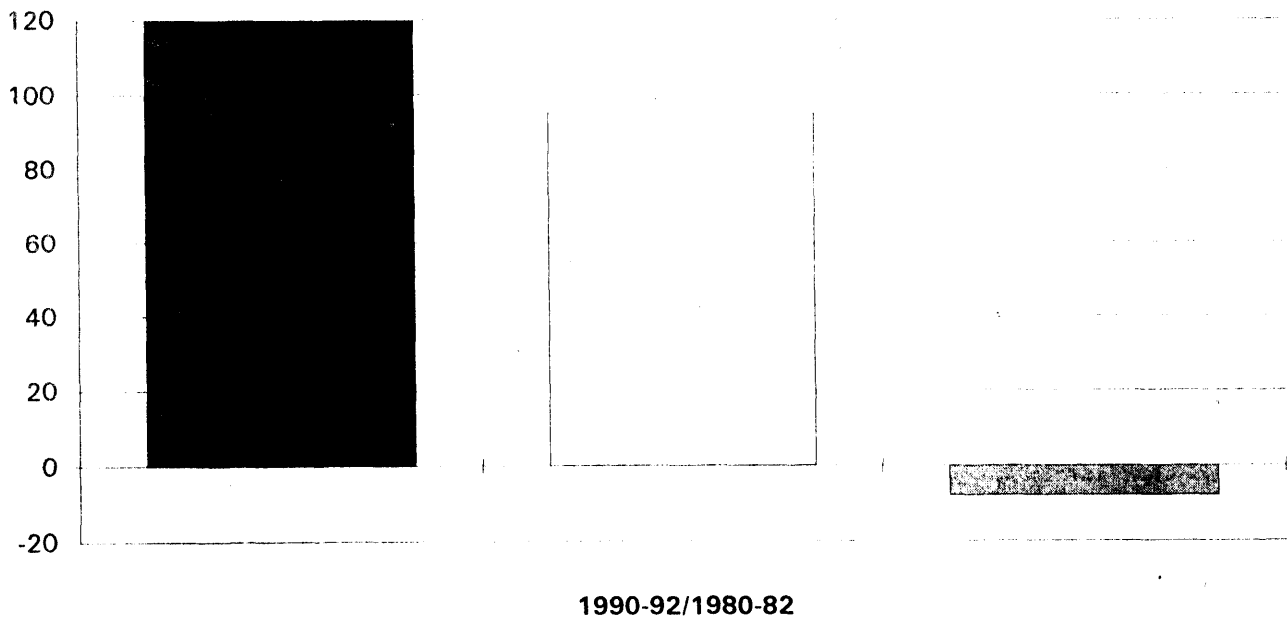
Fonte : Serviços da regulamentação internacional

ANEXO IV.2

FLUXOS DE INVESTIMENTO ESTRANGEIROS DIRECTOS PARA A AMÉRICA LATINA E AS CARAÍBAS EM MIL



TAXA DE CRESCIMENTO (%)



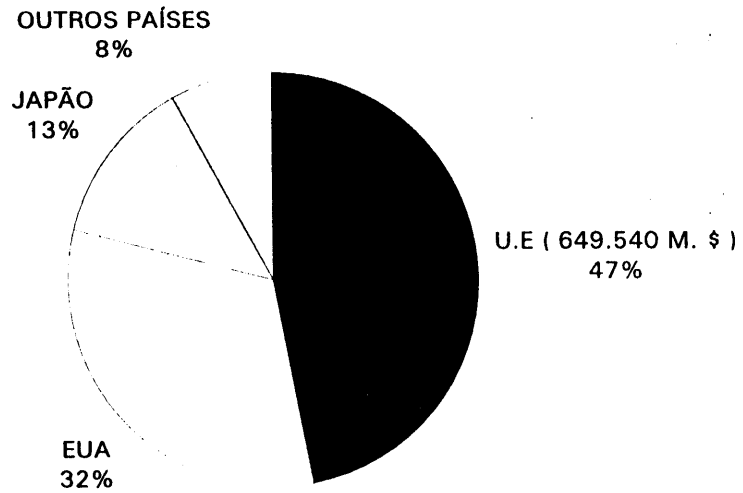
Nota : Estes valores incluem os fluxos de investimento estrangeiros directos para os centros francos, o que não permite determinar o respectivo país de origem ou de destino, pelo que deveriam, em consequência, ser utilizados com reservas.

Fonte: IRELA segundo a OCDE e os Estados-membros da UE

ANEXO IV. 3

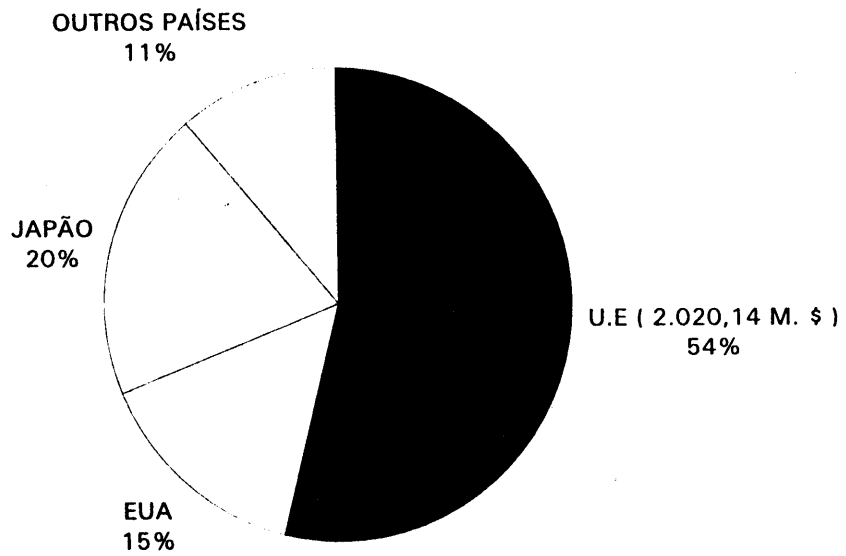
**PARTE DA UNIÃO EUROPEIA NA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO A FAVOR DA AMÉRICA LATINA
(baseado na APD bilateral, despesas líquidas)**

1982



(APD TOTAL = 1,382 milhões de dólares US)

1992

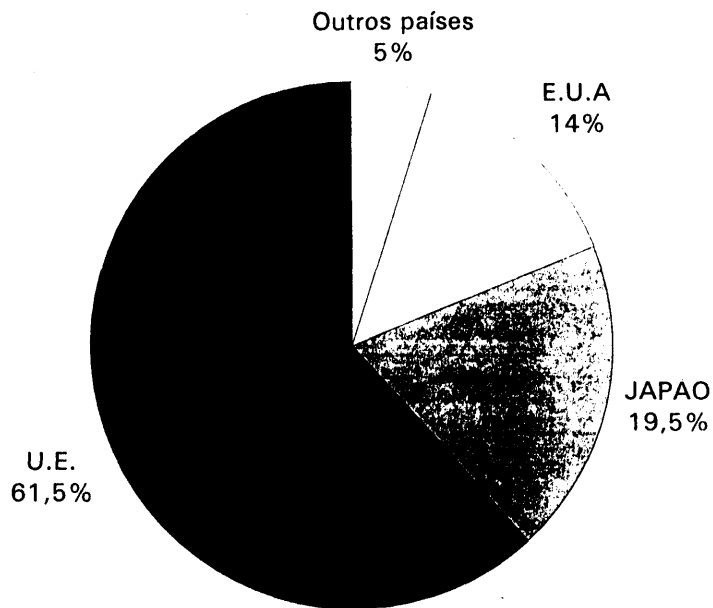


(APD TOTAL = 3,741 milhões de dólares US)

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV.3

PARTE DA UNIÃO EUROPEIA NA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO A FAVOR DA AMÉRICA
LATINA.

(APD bilateral, despesas líquidas)



(APD TOTAL = 3,772 milhões de dólares US)

ANEXO V.1

A COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA PARA O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

Distribuição por sub-região e períodos (autorizações em milhões de ecus)

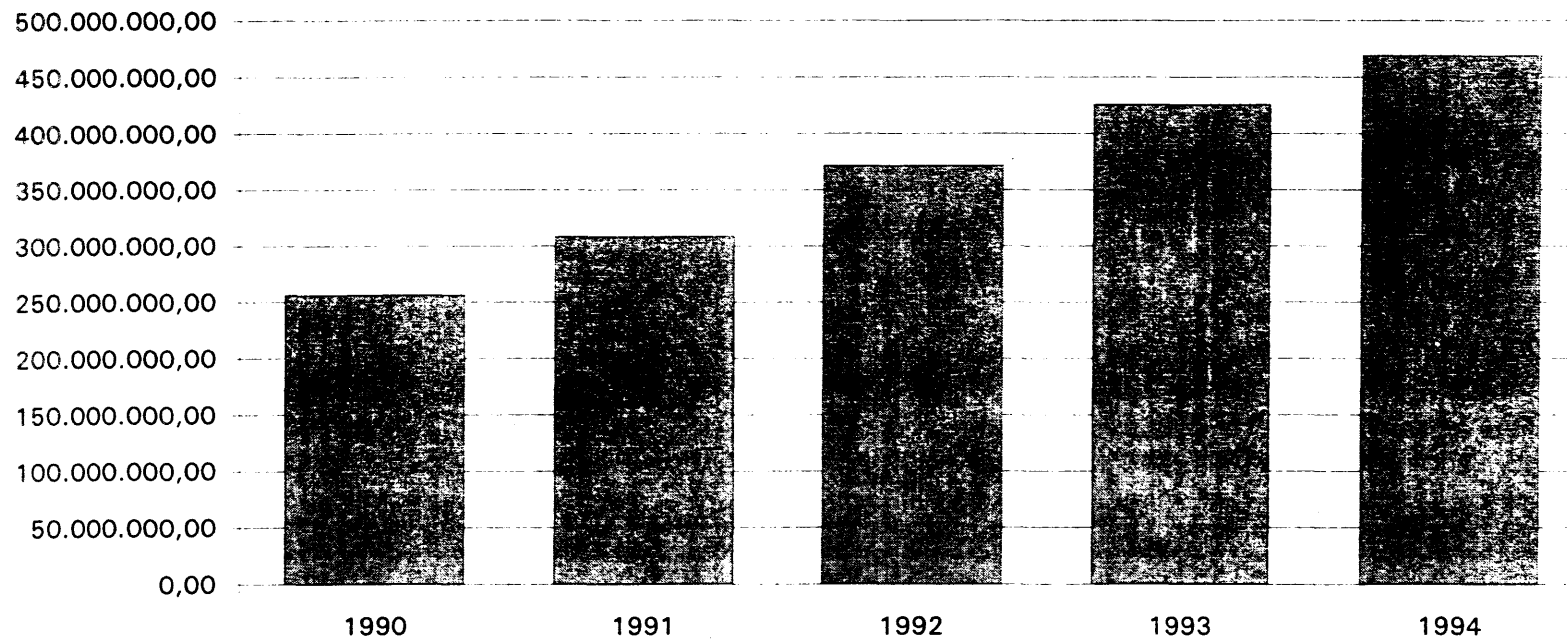
	1976-83	1984-89	1990-93
América Central	154,2	447,8	478,1
Região Andina	113,1	361,9	429,2
Países do Mercosul	10,6	63,5	175,5
Remanescente do AL	12,8	112,2	164,5
Região AL.	24,1	37,4	106,7
TOTAL AL	314,8	1022,8	1354

Fluxos anuais médios por sub-região e períodos (em milhões de ecus)

	1976-83	1984-89	1990-93
América Central	19,3	74,7	119,5
Região Andina	14,1	60,3	107,3
Países do Mercosul	1,3	10,6	43,9
Remanescente do AL	1,6	18,7	41,1
Região AL.	3	6,2	26,7
TOTAL AL	39,3	170,5	338,5

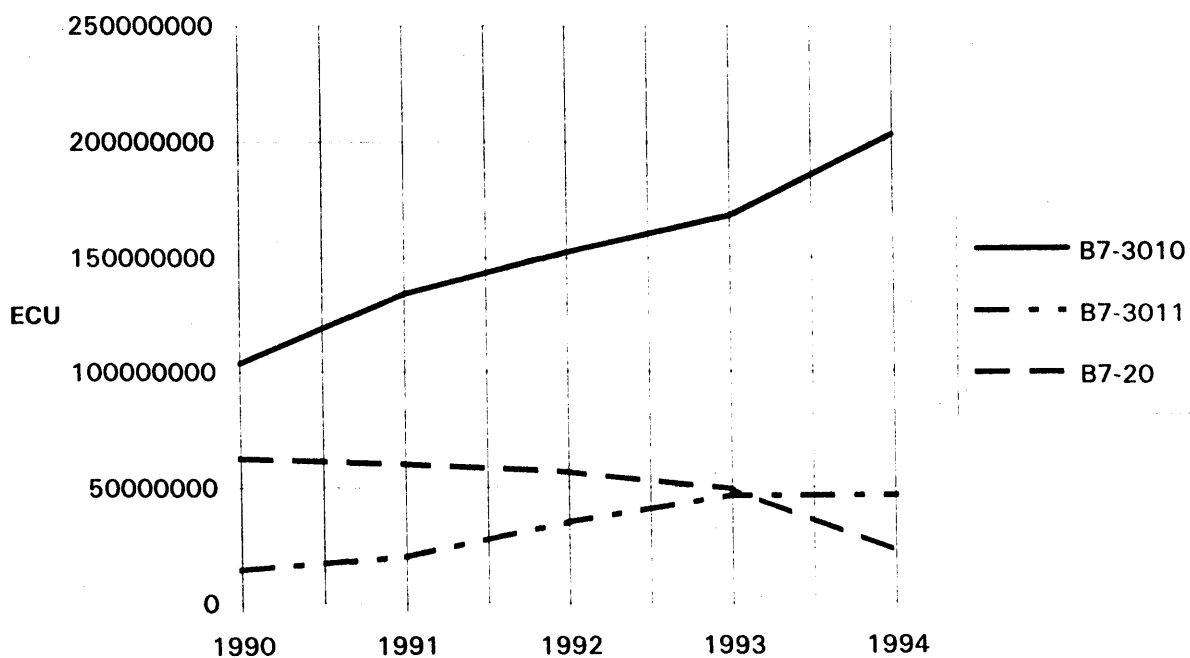
Fonte: Comissão Europeia, todas as formas de ajuda com os PVD da América Latina e da Ásia.
Anexo estatístico do 17º Relatório Anual. Bruxelas, 20 de Outubro de 1994.

**AUTORIZAÇÕES A FAVOR DA AMÉRICA LATINA SEM DISTINÇÃO DE RUBRICA
(1990 - 1994)**



ANEXO V.3

AUTORIZAÇÕES A FAVOR DA AMÉRICA LATINA DE 1990 A 1994 :
EVOLUÇÃO DE TRÊS RUBRICAS ORÇAMENTAIS ESPECÍFICAS



B7-3010: Cooperação Financeira e Técnica
B7-3011: Cooperação Económica
B7-20: Ajuda Alimentar

ANEXO VI: COOPERAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA DE 1996 A 2000.
EIXOS E TEMAS PRIORITÁRIOS PROPOSTOS; RUBRICAS ORÇAMENTAIS DISPONÍVEIS

TEMAS EIXOS	INTEGRAÇÃO REGIONAL	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	GESTÃO DAS INTERDEPENDÊNCIAS (N/S)
APOIO INSTITUCIONAL	B7-5020	B7-5230	B7-5041 B7-5040
LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO		B7-5076 B7-3010 B7-3020	B7-5080
APOIO ÀS REFORMAS ECONÓMICAS COMPETITIVIDADE		B7-3011 B4-1041	B6-8200 B6-6224

B7-3010	Cooperação Financeira e Técnica
B7-3011	Cooperação Económica
B7-3020	Ajuda aos Refugiados
B7-1041	Energia
B7-5020	Acordos de Cooperação
B7-5040	Ambiente nos P.V.D
B7-5041	Florestas Tropicais
B7-5076	Acções de recuperação e de reconstrução
B7-5080	Luta contra a Droga
B7-5230	Democratização e Direitos do Homem
B6-6224	Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento
B6-8200	Cooperação Científica

ISSN 0257-9553

COM(95) 495 final

DOCUMENTOS

PT

11

N.º de catálogo : CB-CO-95-550-PT-C

ISBN 92-77-95200-8

Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

L-2985 Luxemburgo

34